



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de **MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA**
Especialidade Direito Constitucional

Unidade curricular

JUSTIÇA CONSTITUCIONAL TURMA B

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

RAQUEL ALEXANDRA DE JESUS GIL MARTINS BRÍZIDA CASTRO

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

N/A

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

- Aquisição e Desenvolvimento dos conhecimentos, aptidões e competências necessárias ao aprofundamento dogmático e especializado das questões mais prementes da Justiça Constitucional, através da consolidação do espírito de elaboração dogmática dos institutos jurídico-constitucionais, fundado nas fontes mais relevantes de Direito Constitucional e seu Contencioso;
- Estímulo da problematização científica das principais questões processuais à luz das questões estruturantes do Direito Constitucional, designadamente seus princípios fundamentais, substantivos e processuais, e respetiva pertinência no quadro da proteção dos Direitos Fundamentais.

Conteúdos programáticos

1. Os Sistemas de Controlo da Constitucionalidade;
2. A Legitimidade da Justiça Constitucional;
3. A Interpretação Constitucional;
4. Os Processos de Fiscalização Abstrata da Constitucionalidade no Ordenamento Jurídico-constitucional Português;
5. Os Processos de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade no Ordenamento Jurídico-constitucional Português;
6. Apreciação Crítica do Sistema Português de Fiscalização da Constitucionalidade e a Tutela de Direitos Fundamentais;
7. Fiscalização Concreta das Omissões Normativas Inconstitucionais? As Normas Constitucionalmente Devidas “*ad casum*”;
8. O Impacto do Ciberespaço e das Novas Tecnologias na Interpretação e Justiça Constitucional: o Papel Insustituível da Justiça Constitucional na Fiscalização da constitucionalidade de Normas Judiciais em Contexto Tecnológico.

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

O elenco de tópicos descritos constitui um percurso dogmático incontornável à problematização científica subjacente aos objetivos de aprendizagem da presente unidade curricular:



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- O aprofundamento dos diversos sistemas de fiscalização da constitucionalidade, sua relação com o debate científico sobre a legitimidade e limites funcionais da Justiça Constitucional e da Hermenêutica Constitucional e seus reflexos no sistema constitucional português;
- O diálogo dogmático-científico desejado permitirá suscitar as ferramentas necessárias à realização de uma apreciação crítica sóbria do sistema português de fiscalização da constitucionalidade à luz de uma realidade cada vez mais exigente para a Tutela de Direitos Fundamentais.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

As aulas serão organizadas de modo a combinar a tradicional componente expositiva dos conteúdos programáticos descritos com um elevado nível de participação dos alunos:

1. Exposição inicial dos temas incluídos nos conteúdos programáticos da presente ficha, seguida de intervenção e discussão de temas previamente indicados pelos alunos;
2. Exposição Oral de temas previamente definidos pelos alunos, seguida de debate;
3. Realização de um projeto de Exposição no 1.º semestre (máximo 10 páginas), cujo tema será escolhido pelos alunos dentro do conteúdo da presente unidade curricular;
4. Elaboração de Relatório Final escrito, que consistirá numa análise aprofundada de um dos temas que integram os conteúdos programáticos da presente ficha, nos termos do Regulamento de Avaliação.

A avaliação assenta nos seguintes elementos:

- Participação nas aulas, Projeto de Exposição (escrito) e Exposição Oral (50%);
- Relatório escrito (50%): análise aprofundada de um dos temas pertencentes ao programa.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

As metodologias de ensino descritas estimulam:

- O reforço e consolidação da formação jurídica de base;
- O desenvolvimento da capacidade de investigação científica;
- O aprofundamento dogmático e crítico das questões que integram os conteúdos programáticos da presente unidade curricular;

Bibliografia principal

ALEXANDRE, Isabel (2005)

- “A norma constitucional violada e o objeto do recurso de constitucionalidade”, in *Jurisprudência Constitucional*, n.º 6, Abril-Junho, AATRIC: Lisboa; p. 30;

ALEXANDRINO, José de Melo

- (2011a) “Como ler a Constituição: algumas coordenadas”, in *Elementos de Direito Público Lusófono*, José Melo Alexandrino, Coimbra Editora, Coimbra; pp. 17-41;
- (2006) *A Estruturação do Sistema de Direitos, Liberdades e Garantias na Constituição Portuguesa. Raízes e Contexto, Vol. I; A Construção Dogmática, Vol. II*, Almedina: Coimbra;

ALEXY, Robert



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- (2011) “Sobre a estrutura de los derechos fundamentales de protección”, in *La Teoria Principialista de los Derechos Fundamentales*, Marcial Pons: Madrid; pp. 119 – 135;
 - (2004), *Epilogo a la Teoria de Los Derechos Fundamentales*, Madrid (1985) *Teoria de los Derechos Fundamentales*, Trad. Esp. Centro de Estudios Constitucionales: Madrid.
- BRÍZIDA CASTRO, Raquel Alexandra
- (2017a) “Novas Tecnologias, Ciberespaço e Mutações Constitucionais: Da Perda da Inocência Algorítmica à Relevância Jurídico-constitucional dos Factos e Normas Tecnológicas”, in *Sobre os 40 Anos da Constituição*, Organização de Jorge Miranda, ICJP/AAF DL: Lisboa; pp. 114-165;
 - (2017b) “Ciberespaço e Constituição”, in *Boletim da Ordem dos Advogados*, Julho de 2017; http://boletim.oa.pt/oa-02/opiniaao_raquel-alexandra-brizida-castro
 - (2016a) *Constituição Lei e Regulação dos Media*, Almedina: Coimbra;
 - (2016b) “Da Relevância Constitucional do Modelo Principiológico e do Método Ponderativo para a Delimitação do Perímetro Protetivo dos Direitos e Liberdades Comunicativas”, in *Liber Amicorum Manuel Simas Santos*, Rei dos Livros: Lisboa; pp. 1101-1127;
 - (2016c) “Constituição e Ciberespaço: Argumentos para um “Direito Constitucional do Inimigo”?”, in *Cyberlaw By CIJIC, Revista do Centro de Investigação Jurídica do Ciberespaço da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, n.º 1*, disponível online: <http://www.cijic.org/publicacao/>
 - (2015a) “Normas implícitas e Normas Constitucionalmente Devidas “ad casum” e a Pretensa Quadratura do Círculo Processual Constitucional: Recapitulação, Desmistificação e Tentativa de Reconstrução”, in *Estudos em Homenagem a Rui Machete*, Coimbra Editora: Coimbra; pp. 851-881;
 - (2012a) *As Omissões Normativas Inconstitucionais no Direito Constitucional Português*, Almedina. Coimbra;
 - (2012b) “Por uma Fiscalização Concreta e Difusa das Omissões Legislativas Inconstitucionais que violam Direitos, Liberdades e Garantias”, in *Obra Colectiva de Homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda, Volume III*, Coimbra Editora: Coimbra; pp. 471-512.
- HESSE, Konrad
- (2001) “Significado de los Derechos Fundamentales”, in *Manual de Derecho Constitucional – Benda, Maihofer, Vogel, Hesse, Heyde*, 2.ª Ed., Madrid;
- MEDEIROS, Rui
- (1999) *A Decisão de Inconstitucionalidade. Os Autores, o Conteúdo e os Efeitos da Decisão de Inconstitucionalidade*, Universidade Católica Editora: Lisboa;
- MIRANDA, Jorge
- (2008) *Manual de Direito Constitucional, Tomo IV*, 4.ª Ed. Coimbra Editora: Coimbra;
- MORAIS, Carlos Blanco de
- (2014a) *Curso de Direito Constitucional, Tomo II*, Coimbra Editora: Coimbra;
 - (2011) *Justiça Constitucional, Tomo II*, Coimbra Editora: Coimbra;
- NOVAIS, Jorge Reis
- (2017) *Direitos Fundamentais e Justiça Constitucional*; AAFDL: Lisboa;
 - (2004), *Os Princípios Constitucionais Estruturantes da República Portuguesa*, Coimbra Editora, Coimbra;
- OTERO, Paulo
- (2010) *Direito Constitucional Português: A Organização do Poder Político, Vol II*, Almedina: Coimbra;
 - (2007) *Instituições Políticas e Constitucionais, Volume I*, Almedina: Coimbra;
- REGO, Carlos Lopes do



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- (2004) “As interpretações normativas sindicáveis pelo TC”, in *Jurisprudência Constitucional*, N.º 3, AATRIC: Lisboa; p. 4 e segs.

SEGADO, Francisco Fernández

- (2009) “El Control de Constitucionalidad de Las Omisiones Legislativas. Algunas cuestiones dogmáticas”, in *Estudios Constitucionales*, Año 7, n.º 2;
- (2008) “El Control de las Omisiones Legislativas por el Bundesverfassungsgericht”, Instituto de Investigaciones Jurídicas de la UNAM;

SILVA, Jorge Pereira da

- (2003) *Dever de legislar e protecção jurisdicional contra omissões legislativas*, Lisboa;

TRIBE, Lawrence H.

- (1986) “On Reading the Constitution”, *The Tanner Lectures on Human Values, Delivered at the University of Utah*, November 17 and 18;
- (1991), “The Constitution in Cyberspace: Law and Liberty Beyond TheElectronic Frontier”, in *The Humanist*, Set-Oct.